

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000438-84.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Silvana Aparecida Assis**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

SILVANA APARECIDA DE ASSIS move ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização de danos morais em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Afirma que, em 5 de fevereiro de 2009, foi vítima de apropriação indébita de sua motocicleta Yamaha YBR 1325K, placa ECC-8782, ano 2008. Observa que embora tenha lavrado Boletim de Ocorrência e solicitado o bloqueio do referido veículo, a requerida continuou a efetuar cobrança de IPVA e, em dezembro de 2014, foi surpreendida com a inscrição de seu nome na Dívida Ativa, no SCPC, no SERASA e PROTESTO. Sustenta que a dívida atualizada atinge o montante de R\$ 1.022,70, e que a conduta da requerida lhe provocou danos na esfera material e moral. Requer seja declarada a inexistência do débito relativo à cobrança de IPVA desde o ano de 2009, bem como o cancelamento de qualquer negativação, com a retirada de seu nome junto aos cadastros da Dívida Ativa, SCPC, SERASA e PROTESTO. Pede a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais em quantia equivalente a cinquenta vezes o valor cobrado indevidamente. Com a inicial vieram os documentos de fls. 15/27 e, posteriormente, os de fls. 33/38.

Deferida a Assistência Judiciária Gratuita e indeferido o pedido de antecipação de tutela (fl. 39).

A requerida ofereceu resposta às fls. 49/63 argumentando que a requerente não demonstrou a ocorrência de roubo ou furto e que a mera alegação de que houve apropriação indébita do veículo, com registro junto à Delegacia de Polícia, é insuficiente para acarretar o cancelamento de débitos decorrentes da propriedade do veículo. Aduz que o IPVA dos exercícios de 2009 e 2010 estão prescritos e que o protesto da certidão de dívida ativa refere-se aos exercícios de 2011 e 2012. Sustenta adequação da cobrança e dos cadastros em bancos de dados de proteção ao crédito. Postulou a improcedência da ação. Juntou documentos (fls. 64/69).

Houve réplica (fls. 73/77).

Instadas as partes (fl. 78), a Fazenda do Estado apresentou manifestação mencionando que não pretende produzir provas (fl. 81) e a requente pugnou pela designação de audiência de instrução para oitiva de testemunhas (fl. 83).

O feito foi saneado. Deferido o pleito de produção de prova oral e documental. Designada audiência de conciliação, instrução e julgamento (fl. 85).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em audiência procedeu-se à oitiva de duas testemunhas e, em seguida, as partes manifestaram-se em alegações finais (fl. 91).

É o relatório.

DECIDO.

O pedido procede em parte.

Há comprovação do sinistro, com perda da propriedade do veículo descrito na inicial.

As testemunhas informaram, com clareza, a apropriação indébita também apontada na consulta de fl. 18.

O art. 14, da Lei Estadual nº 13.296/08 dispensa o proprietário privado do bem do pagamento do imposto quando ocorrer furto ou roubo, ao que se equipara a perda da propriedade em razão de tipo diverso, no caso, a apropriação indébita.

Pois, com a perda do domínio e o perecimento da coisa (art. 1275 do CC), deixa de existir o fato gerador do IPVA, sendo descabido, portanto, o lançamento fiscal nos exercícios subsequentes.

Nesse sentido, a jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: *IPVA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DÉBITO - VEÍCULO QUE SOFREU PERDA TOTAL EM RAZÃO DE FURTO E POSTERIOR INCÊNDIO - DESCARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE - INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - O IPVA tem a propriedade de veículo automotor como fato gerador, dispensando-se seu pagamento se ocorrer perda total do veículo por furto, roubo, sinistro ou outro motivo que descaracterize o seu domínio útil ou a sua posse - Sentença de procedência da ação mantida. Recurso não provido. (Apelação nº 0018250-09.2012.8.26.0278, Rel. Leonel Costa, 8ª Câmara de Direito Público, j.05/04/2017); MANDADO DE SEGURANÇA - ANULAÇÃO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO - IPVA - Veículo furtado - Perda do domínio do bem - Previsão legal expressa na Lei Estadual 13.296/08 e no Decreto Estadual 40.486/96 - Hipótese de incidência tributária não ocorrida - Inexistência de fato impositivo diante da retirada compulsória do domínio e posse do veículo - Impossibilidade de cobrança tributária - Sentença de procedência - Recursos oficial e da Fesp não providos. (Apelação / Reexame Necessário nº 1019673-14.2014.8.26.0602, Rel. Reinaldo Miluzzi, 6ª Câmara de Direito Público; j.27/03/2017).*

Não houve pagamento, não há pedido de repetição.

O dano moral, em casos da espécie, não depende de demonstração: sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece, desnecessária a demonstração pela autora de ocorrência do dano com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação irregular.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição da autora e o valor do apontamento, em quantia equivalente a R\$ 7.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado. É a razão da parcial procedência.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para (1) declarar a inexistência do IPVA/2009 e seguintes sobre o veículo descrito na inicial; nesse ponto, antecipo os efeitos da tutela para determinar à FESP a imediata exclusão das negativas empreendidas; (2) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, atualizada desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. A sucumbência da autora é mínima, portanto arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I.C. Oportunamente arquivem-se.

Ibaté, 04 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**